

ANTONIO FIRMINO DE PROENÇA, ESCRITOR DIDÁTICO, E A *BELLE ÉPOQUE* EDUCACIONAL PAULISTA¹

ANTONIO FIRMINO DE PROENÇA, DIDACTIC WRITER, AND THE SÃO PAULO EDUCATIONAL *BELLE ÉPOQUE*

Maria Mortatti

Universidade Estadual Paulista, Marília-SP
m.mortatti@unesp.br

RESUMO

O escritor didático Antonio Firmino de Proença (1880 – 1946) integrou uma geração de professores formados pela Escola Normal de São Paulo entre o final do século XIX e décadas iniciais do século XX, no clima de *Belle Époque* educacional paulista, a partir da reforma republicana da instrução pública paulista, iniciada em 1890 com objetivo de inovar e modernizar a instrução pública, em consonância com o projeto de modernização do Estado brasileiro e urgências políticas, sociais e culturais do período. Em relação ao ensino inicial da leitura e escrita na escola primária, Proença e outros professores dessa geração protagonizaram ou participaram do processo de institucionalização do método analítico – em oposição aos métodos sintéticos – e correlatos processos de produção de material didático, profissionalização do escritor didático e modernização da produção editorial de livros escolares. A fim de compreender o lugar desse professor escritor didático no segundo momento da história da alfabetização no Brasil, analisa-se a *Cartilha Proença* – que integra Série de leitura graduada – e sua interlocução direta ou indireta com cartilhas de professores escritores didáticos seus contemporâneos ou antecessores. Pode se concluir que, por meio de sua obra e atuação profissional, Proença formou professores e professoras assim como dirigiu, inspecionou e orientou suas atividades docentes, diretamente ou por meio dos livros didáticos que elaborou, tendo contribuído para a fundação de uma nova tradição no ensino da leitura e escrita no Brasil.

Palavras-chave: Antonio Firmino de Proença; escritor didático; história da alfabetização no Brasil.

ABSTRACT

The didactic writer Antonio Firmino de Proença (1880 – 1946) was part of a generation of teachers formed by the Escola Normal de São Paulo between the end of the 19th century and the initial decades of the 20th century, in the climate of the educational *Belle Époque* in São Paulo, from the republican reform of public instruction, which began in 1890 with the aim of innovating and modernizing public instruction, in line with the project of modernization of the Brazilian State and political, social and cultural urgencies of the period. In relation to the initial teaching of reading and writing in elementary school, Proença and other teachers of this generation played a leading role or participated in the process of institutionalization of the analytic method – in opposition to the synthetic methods – and correlated processes of didactic material production, professionalization of the didactic writer and modernization of the school books editorial production. In order to understand the place of this teacher didactic writer in the second moment of the history of literacy in Brazil, *Cartilha Proença* – which integrates the Graded Reading Series – is analyzed in its direct or indirect interlocution with primers by his contemporaries or predecessors. It can be concluded that, through his work and professional performance, Proença formed teachers, as well as directed, inspected, and oriented their teaching activities, directly or through the didactic books he wrote, having contributed to the foundation of a new tradition in the teaching of reading and writing in Brazil.

Keywords: Antonio Firmino de Proença; didactic writer; history of literacy in Brazil.

¹ Republicação revista e atualizada do capítulo do livro organizado por Razzini (2010).

Introdução

Para aquelas(es) brasileiras(os) que – como eu – iniciaram seu processo de escolarização na segunda metade do século XX assim como para os que o iniciam neste início de terceiro milênio, pode parecer óbvio e natural o fato de terem aprendido a ler e a escrever na escola, com professoras e por meio de cartilhas de alfabetização ou livro/material didático equivalente. E, para aquelas(es) brasileiros que – como eu – formaram-se professoras(es) na segunda metade do século XX assim como para os que se formam neste início de terceiro milênio, pode também parecer óbvio e natural que devam ensinar a ler e escrever na escola, por meio de cartilhas de alfabetização ou livro/material didático equivalente.

Aqueles que desenvolvem pesquisas históricas sobre educação, em especial sobre história da alfabetização no Brasil, sabem, porém, que nem sempre foi assim. Até o período Imperial aqui não existiam escolas para instrução pública elementar/primária, nem professores (muito menos professoras) formados/habilitados e cartilhas de alfabetização como as conhecemos, nem a necessidade de tê-los. E, no período colonial, os povos originários destas terras não tinham necessidade de saber ler e escrever, porque não existia língua escrita nem o que denominamos hoje “sociedade letrada e grafocêntrica”.²

Ensinar (como professoras(es)) e aprender (como alunos(as)) a ler e a escrever, na escola elementar/primária e por meio de cartilhas de alfabetização, esses são aspectos de uma tradição fundada no século XIX – especialmente após da Lei de 15 de Outubro de 1827, assinada por Dom Pedro I, que “Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio”³ –, consolidada nas décadas iniciais do século XX e transmitida por meio de certa cultura escolar que foi sendo configurada nos embates com outras novas tradições, ao longo do século passado.

Para a fundação de uma tradição no ensino da leitura no Brasil, a produção editorial de livros escolares e a profissionalização do escritor didático, contribuíram decisivamente professores – entre os quais Antonio Firmino de Proença – formados pela Escola Normal de São Paulo no clima do “entusiasmo pela educação”, categoria analítica formulada por Nagle (1974) em relação ao período da Primeira República (1899 – 1930), e no âmbito do que pode também considerar *Belle Époque*⁴ educacional paulista, por analogia – ainda que em escala e impacto menos visíveis – com o clima intelectual artístico da Europa entre final do século XIX e início do século XX que influenciou, no campo das artes e da literatura, a realização da Semana de Arte Moderna de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, ano também de comemoração do centenário da Independência do Brasil.

Em gradativa substituição aos bacharéis em Direito que exerciam funções no magistério, esses professores normalistas – como eram chamados – constituíram uma elite intelectual, sobretudo a partir da reforma republicana da instrução pública paulista, iniciada em 1890, que se tornou modelar para outros estados brasileiros e tinha como objetivos inovar e modernizar a instrução pública, em consonância com o projeto de modernização do Estado brasileiro e urgências políticas, sociais e culturais do período.

2 A esse respeito, ver Mortatti (2004).

3 Por se tratar de pesquisa histórica, nesta e nas demais citações de trechos ou títulos de textos mantive a ortografia da época em que foram escritos/publicados.

4 A expressão *Belle Époque* designa o clima intelectual, artístico e cultural cosmopolita em países europeus, com profundas transformações e novos modos de pensamento e vida social, no período entre a Guerra Franco-Prussiana, finalizada em 1871, e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

1. Proença e a *Belle Époque* educacional paulista

Natural da cidade de Sorocaba, no interior paulista, Antonio Firmino de Proença (1880 – 1946) diplomou-se pela Escola Normal da Capital do Estado de São Paulo em 1904, aos 24 anos de idade.

A partir de seu ingresso nessa escola, integrou a elite intelectual de professores que passaram a ocupar cargos na administração educacional paulista, assessorar autoridades educacionais, liderar movimentos associativos do magistério e produzir um extenso conjunto de tematizações, normatizações e concretizações⁵, especialmente em relação ao ensino da leitura (e escrita) na escola primária, um dos aspectos estratégicos para a implantação do regime político republicano.⁶

A atuação desses professores configurou uma atitude caracteristicamente paulista e definidora do que denominei “segundo momento crucial” na história da alfabetização no Brasil (1890 – meados da década de 1920): a disputa entre os defensores do então novo e moderno método analítico⁷ para o ensino da leitura (e escrita), em oposição ao que denominavam “ensino tradicional”, representado pelos antigos métodos sintéticos (alfabético, fônico e silábico), herdados do século XIX. (Mortatti, 2000a; 2019a)

Baseado especialmente em moldes norte-americanos e utilizado, após a reforma da instrução pública paulista de 1890, na Escola-Modelo Primária Anexa à Escola Normal de São Paulo, o método analítico para o ensino da leitura (centrado inicialmente nos processos da palavração e da sentencição) foi proposto e defendido programaticamente pelos reformadores paulistas como a “bússola da educação” e correspondente, no nível didático-pedagógico, à excelência do regime político republicano. Os propugnadores desse novo método, no entanto, foram produzindo apropriações diferenciadas, gerando disputas entre os que se consideravam “modernos” e “mais modernos” em relação ao modo de se processar esse método.

Essas disputas resultaram na hegemonia de certas tematizações, normatizações e concretizações que culminaram na institucionalização, pelas autoridades educacionais paulistas, do método analítico centrado na “historieta”⁸ para o ensino da leitura e escrita a crianças, ou alfabetização, como se passou a denominar correntemente esse processo escolarizado, a partir da década de 1920.⁹

5 Trata-se de categorias que formulei para classificação dos documentos, relativos à história da alfabetização no Brasil. A classificação proposta é a seguinte: Tematizações — contidas especialmente em artigos, conferências, relatos de experiência, memórias, livros teóricos e de divulgação, teses acadêmicas, prefácios e instruções de cartilhas e livros de leitura; normatizações — contidas em legislação de ensino (leis, decretos, regulamentos, portarias, programas e similares); e concretizações — contidas em cartilhas e livros de leitura, “guias do professor”, memórias, relatos de experiências e material produzido por professores e alunos no decorrer das atividades didático-pedagógicas. A esse respeito, ver Mortatti (2000a).

6 Em Mortatti, Oliveira, Bertolotti (2015), coletânea comemorativa dos 20 anos do GPHEELLB – Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil, encontram-se resultados de pesquisas de seus integrantes, enfocando vida e obra desses e outros sujeitos da história do ensino de leitura e escrita nos séculos XIX e XX.

7 Analítico e sintético são os dois tipos básicos de métodos de alfabetização, cujos processos seguem, respectivamente, o caminho: da parte para o todo e do todo para a parte. De acordo com o método sintético, deve-se iniciar o ensino da leitura (e escrita), ou pelos nomes das letras (método alfabético), ou pelos fonemas (método fônico), ou pelas sílabas (método silábico). De acordo com o método analítico, esse ensino deve ser iniciado ou pela palavra (método da palavração), ou pela sentença (método da sentencição), ou pela “historieta” (método da historieta).

8 O termo “historieta” foi definido, no documento *Instruções práticas para o ensino da leitura pelo methodo analytico – modelos de lições* (São Paulo, 1915), como “[...] um conjunto de sentenças, enunciadas pelos alunos a partir do estímulo visual gerado pela observação e fixadas pela memória, que mantêm nexos lógico-gramaticais entre si [...]”.

9 Nesse segundo momento crucial da história da alfabetização escolar no Brasil, no ensino das primeiras letras enfatizava-se o ensino da leitura, compreendida como instrumento de cultura, mediante a compreensão do pensamento expresso por outrem. Como auxiliar da leitura e dela decorrente, a escrita ainda era entendida como caligrafia e cópia, e seu ensino envolvia discussões respaldadas, por exemplo, em teorias sobre os movimentos musculares requeridos e o tipo de letra manuscrita a ser utilizado: inclinada ou vertical. Além das discussões a respeito desse ensino, contidas indiretamente nas cartilhas ou diretamente em textos publicados em revistas pedagógicas, o ensino de caligrafia mereceu atenção especial, nesse segundo momento, tendo sido objeto de “metodização” em uma variedade de “cadernos” publicados especialmente para esse fim.

Desse processo histórico resultou a fundação de uma (nova) tradição relativa a esse ensino. A partir de então, mesmo após ter sido promulgada no estado de São Paulo a Lei 1750, de 1920 – Reforma Sampaio Dória¹⁰, que determinou – entre outros aspectos atinentes à instrução pública – a “autonomia didática” do professor, e, mesmo quando, em estreita relação com outras urgências políticas, sociais e culturais, essas disputas foram se amenizando com a disseminação de métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintéticos ou sintético-analíticos), a tradição fundada nesse segundo momento crucial continuou atuante (e até os dias atuais, ainda que silenciosamente) nas práticas de alfabetização no Brasil, como parte de uma cultura escolar, que foi sendo consolidada e transmitida, nos embates com outras novas tradições, ao longo do século passado e deste também.

A transmissão se deu, sobretudo, por meio de: concretizações das novas propostas de ensino, especialmente em cartilhas de alfabetização e livros de leitura, com sucessivas edições e com circulação em diferentes estados brasileiros, publicados em “séries de leitura graduada”, decorrentes das experiências pedagógicas bem-sucedidas de seus autores e baseadas em normatizações oficiais elaboradas com a participação de muitos dos professores daquela elite intelectual; processo de seleção, aprovação e compra, pelo Estado, de livros didáticos adotados oficialmente; expansão e consolidação do mercado editorial de livros didáticos produzidos por brasileiros e por editoras brasileiras que foram se especializando nesse segmento para a escola brasileira e adequado à nova ordem educacional decorrente da instalação do regime republicano no Brasil; e processo de profissionalização do escritor didático com o correspondente engendramento de uma especialidade editorial: a publicação de livros didáticos.¹¹

No clima da *Belle Époque* educacional paulista, Proença se formou e desenvolveu grande parte de suas atividades no magistério e em funções correlatas. Como era habitual para os inciantes nessa profissão, fez seu périplo por cidades do interior paulista, como professor de escola primária e de escola normal, lecionando diferentes matérias. Ainda em cidades interioranas, Proença iniciou suas atividades como diretor de escola, tendo exercido, em 1912, a função de diretor em comissão da Escola Normal Primária de Piracicaba e, em 1913, a de diretor substituto da Escola Normal Secundária de São Carlos. Em 1922, aos 32 anos de idade, iniciou suas atividades como diretor-efetivo dessa última escola, tendo também atuado, nesse período, como professor e inspetor escolar. De 1930 até sua aposentadoria em 1939, retornou à Escola Normal da Capital do Estado de São Paulo, para atuar como diretor e professor (Gazoli, 2007; 2011; 2015).

Em consonância com as atividades desenvolvidas pela elite intelectual que integrava, além de cargos e funções como professor, diretor e inspetor escolar, ao longo de sua atuação no magistério paulista, Proença teve publicados: entre 1913 e 1934, artigos sobre variados assuntos educacionais em revistas pedagógicas paulistas; em 1930, um livro sobre educação e ensino; em 1928, um livro sobre ensino de geografia. (Gazoli, 2007; 2011; 2015).

Em relação ao ensino da leitura, embora mais tardiamente do que os de sua geração, mas ainda no clima da época e no âmbito da tradição fundada nesse segundo momento crucial, Proença teve publicados, entre 1926 e 1928, pela Editora Melhoramentos (SP), os livros da Série de Leitura

10 Essa lei foi promulgada durante a gestão do professor Antonio de Sampaio Dória como Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo e ficou conhecida como “Reforma Sampaio Dória”.

11 Sobre a história do livro didático no Brasil, a obra fundadora é a tese de doutorado de Circe Bittencourt defendida em 1993 e publicada posteriormente em livro (Bittencourt, 2008). A autora apresenta resultados de detalhada pesquisa, com informações e análises decisivas para a compreensão dessa história, especialmente a partir da vinda da família real portuguesa em 1808, a criação da Imprensa Régia, o fim de seu monopólio após a proclamação da Independência em 1822, o surgimento, no País, das primeiras editoras de propriedade principalmente de portugueses e franceses, que investiam na tradução de livros franceses ou procuravam entre professores renomados do Colégio Pedro II autores de livros didáticos para o ensino elementar e secundário, o processo de nacionalização do livro didático, no conteúdo, na forma e na técnica de produção, como ocorreu no início do século XX quando os irmãos Weiszflog (depois, Melhoramentos) instalaram uma gráfica na capital paulista e passaram a produzir livros didáticos com nova técnica de impressão, incluindo ilustrações cuidadosas, como os de Antonio Firmino de Proença e outros escritores didáticos citados neste artigo.

Graduada que levou seu nome e que era constituída por: *Cartilha Proença* (1926), *Leitura do principiante* (1926), *1º. Livro de leitura* (1926), *2º. Livro de leitura* (1927), *3º. Livro de leitura* (1928) e *4º. Livro de leitura* (19--)¹². Esses livros contribuíram para a formação de muitas gerações de brasileiros e tiveram sucessivas edições, algumas com circulação em outros estados brasileiros, como Pernambuco, Ceará e Santa Catarina, além de São Paulo. (Gazoli, 2007; 2011; 2015)

Quando foi publicada a Série de Leitura Proença, tinham se passado mais de três décadas desde o início da reforma republicana da instrução pública paulista. O número de matrículas na escola primária pública aumentava, a demanda por livros didáticos crescia, o mercado editorial brasileiro de livros didáticos se expandia e se consolidavam a nova especialidade editorial bem como o processo correlato de profissionalização do escritor didático. E a Editora Melhoramentos já se destacava entre as que conquistavam prestígio e credibilidade na publicação dessa especialidade editorial.

Quase duas décadas tinham se passado desde a publicação das primeiras cartilhas brasileiras baseadas no método analítico centrado na historieta. A “autonomia didática” dos professores estava assegurada pela Lei 1750, de 1920, mas os administradores educacionais defendiam a excelência e a cientificidade do método analítico para o ensino da leitura, enquanto os professores primários continuavam alegando muitas dificuldades para ensinar a ler por meio desse método e demonstravam preferência por cartilhas baseadas nos antigos métodos sintéticos, a quais continuavam a ser publicadas¹³.

Quando, em 1924, Proença assinou com a Melhoramentos o contrato para a publicação de sua Série de leitura graduada, tinham também se passado duas décadas desde que ele concluía o curso de formação de professores na Escola Normal de São Paulo. Ocupando, naquele ano, o cargo de diretor da Escola Normal de São Carlos, Proença já tinha acumulado, portanto, sólida experiência em diferentes atividades no magistério e gozava do devido prestígio conquistado ao longo de sua trajetória profissional.

Embora tenha se formado e iniciado suas atividades no magistério no clima daquelas disputas em torno dos métodos de ensino da leitura (e escrita), delas Proença não participou diretamente, talvez por índole pouco afeita a esse tipo de disputas, talvez por saber que havia espaço para muitos frente às necessidades da instrução pública, talvez por saber que havia tempo, ainda, para apresentar sua proposta de concretização do método analítico para o ensino da leitura. Seja por um, por todos ou por nenhum desses motivos, fato é que Proença não se apresentava nem como contendor, nem como alheio em relação àquelas disputas; nem tampouco como mestre, nem como discípulo. Não procurou, porém, escamotear a interlocução com os de sua geração intelectual.

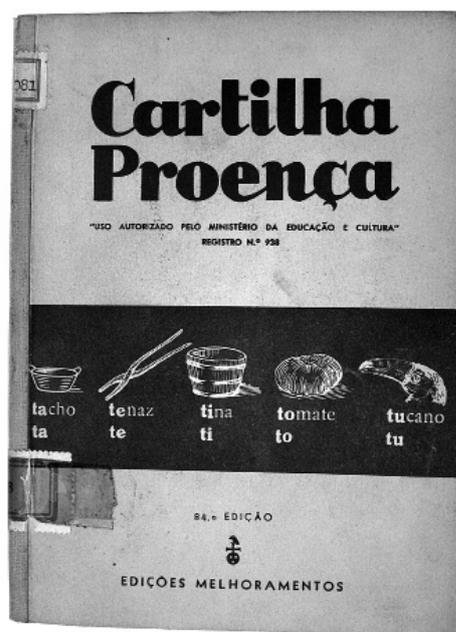
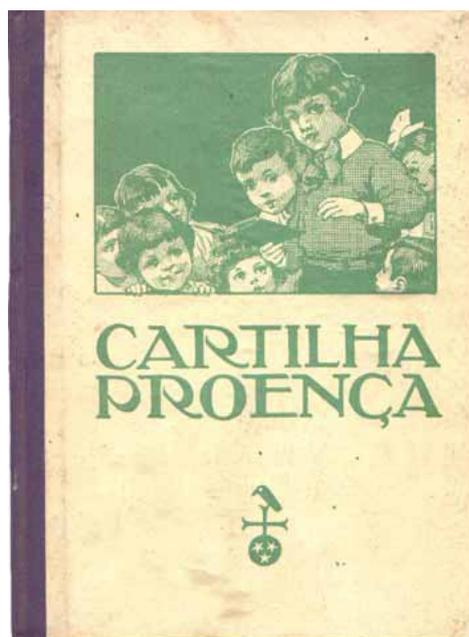
Essas características de Proença certamente contribuíram para conferir legitimidade a sua Série de leitura graduada e, ao mesmo tempo, delinear seu lugar como escritor didático, em meio aos demais, em especial, o lugar de sua cartilha de alfabetização, na qual se encontra concretização mais direta de seu método de ensino da leitura e que teve maior circulação entre os livros da Série que integra.

Publicadas nos estertores do segundo momento crucial na história da alfabetização no Brasil, quando os métodos mistos (analítico-sintéticos ou sintético-analíticos) começaram a ganhar adesão de professores e de escritores-didáticos e a se tornar rotineiros, quando novas urgências começaram a se impor no nível político e social no País, a Série de Leitura de Proença e, em especial, *Cartilha Proença* – uma das últimas cartilhas brasileiras baseadas explícita e programaticamente no método analítico – podem, assim, ser consideradas “obra de maturidade” do ponto de vista tanto da trajetória profissional do autor quanto da trajetória do método analítico para o ensino da leitura.

12 O 1º., 2º e 3º Livro de Leitura foram reeditados em 1948 com novos títulos, respectivamente: 2º, 3º e 4º Livro de Leitura. A respeito da imprecisão do ano de publicação desses livros, ver Razzini (2010).

13 Cartilhas antigas continuavam a ser publicadas. A título de exemplo, em 1924, ano em que Proença assinou o contrato com a Melhoramentos, era publicada a 109ª. edição, pela Francisco Alves, de *Cartilha da infância*, de Thomaz Galhardo. A esse respeito, ver Mortatti (2021) e Santos (2015).

2. A proposta de Proença para a alfabetização



Cartilha Proença, 1ª. edição, 1926; 66ª edição, 1948; 84ª edição, 1955.

Fonte: Acervo de Maria Mortatti/Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil

Cartilha Proença teve 1ª. edição em 1926 e foi publicada até a 84ª. edição, de 1955, com um total de mais de 150.000 exemplares (Melhoramentos, 2008) editados e distribuídos em vários estados do País, ao longo de pelo menos mais de três décadas. ¹⁴ No prefácio de *Cartilha Proença*, o autor explicita e justifica o método de ensino que utiliza:

[...] o desenvolvimento do ensino por esta cartilha obedece aos princípios do methodo analytico, ou antes, do methodo analytico-synthetico, porque a analyse e a synthese se apresentam sempre integralizando o processo mental. (Proença, 1926, p. III)

¹⁴ A respeito dessa cartilha, ver, especialmente Mortatti (2000a; 2000b) e Gazoli (2007; 2015). Desses textos e do contrato firmado entre Proença e a Melhoramentos (Melhoramentos, Contrato, 1924), foram extraídos os dados sobre as edições da cartilha apresentados neste artigo.

Sintonizado com as orientações da época, referindo-se ao princípio da “autonomia didática” do professor, Proença adverte que se trata de livro de leitura destinado ao aluno. Não se trata, portanto, de um “methodo para o professor”, o qual, “[d]entro das normas estabelecidas nos programmas officiaes e obedecendo aos mesmos principios geraes do methodo, deve [...] ter plena liberdade de acção.” (p. IV).

Na interlocução com os de sua geração intelectual, adverte, por fim:

Não tivemos a pretensão de fazer obra original. Depois dos bellissimos e valiosos trabalhos de Theodoro de Moraes, Mariano de Oliveira, Arnaldo Barreto, Benedicto Tolosa, Gomes Cardim e Francisco Vianna, para só citar os mais conhecidos do professorado paulista, tentar originalidade neste dominio seria pretensão estulta. A obra não é inteiramente original, mas temos certeza de que será util. (Proença, 1926, p. IV)

Referindo-se aos nomes desses professores como “os mais conhecidos do magistério paulista”, Proença remete especialmente às cartilhas de cada um deles, todas de acordo com o método analítico centrado na historieta, mas com pequenas diferenças na forma de processar o método. Além da destacada atuação profissional desses professores escritores didáticos, suas cartilhas foram responsáveis, em grande parte, pela “popularidade” de seus autores entre professores primários do estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, seja por meio de sua adoção oficial por governos estaduais, seja por meio das “missões de professores paulistas”.¹⁵

3. Os interlocutores indiretos de *Cartilha Proença*

Os professores que Proença considerava “os mais conhecidos do magistério paulista” não foram, porém, como ele mesmo ressalva, os únicos a elaborar cartilhas baseadas no método analítico, nesse segundo momento crucial na história da alfabetização no Brasil.

Entre o final da década de 1890 e início da década de 1900, começaram a ser publicadas cartilhas brasileiras afinadas com o novo método para o ensino da leitura. De fato, sua oficialização e a organização de um sistema público de ensino passaram a demandar adaptação do método aos moldes linguísticos e culturais brasileiros e a produção de cartilhas e livros de leitura, de acordo com a reformas da instrução pública paulista. Além de baseado em “métodos antigos”, o material didático impresso produzido por brasileiros até a década de 1880 era bastante incipiente do ponto de vista quantitativo, em vista das novas necessidades de organização, expansão e modernização da instrução pública.

A despeito da ardorosa defesa do método analítico empreendida pelos reformadores do ensino paulista desde o início da década de 1890, os dados obtidos indicavam, porém, que, com exceção da Escola-Modelo Primária Anexa à Escola Normal de São Paulo, nas demais escolas primárias do estado – nesse segundo momento – os professores tendiam a continuar utilizando cartilhas antigas baseadas em métodos sintéticos e que tiveram sucessivas edições, por muitas décadas, como ocorreu com *Cartilha da infancia*, de Thomaz Galhardo, e com *Cartilha nacional*, de Hilário Ribeiro, ambas com 1ª. edição presumivelmente na década de 1880.

A primeira cartilha afinada como o método analítico parece ter sido o *Primeiro livro de leitura*, da professora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que fora diretora da seção feminina da Escola-Modelo Primária Anexa à Escola Normal de São Paulo na época em que Miss Marcia Priscila Browne era diretora da seção masculina dessa escola. A cartilha foi publicada provavelmente no final da década

¹⁵ Alguns desses professores integraram, também, “missões de professores paulistas”, e, especialmente durante as décadas iniciais do século XX, foram convidados pelos governos de outros estados brasileiros para realizarem reformas da instrução pública de acordo com o modelo implantado no estado de São Paulo. A respeito da atuação de “missões de professores paulistas” no estado do Mato Grosso, por exemplo, ver Amâncio (2008).

de 1890, e o método nela utilizado “[...] era o da ‘palavração’, passando a ser conhecido como o ‘método do gato’, porque a primeira lição girava em torno de uma criança e um gatinho, que brincavam com uma bola.” (Leite *apud* Pfromm Neto; Rosamilha; Dib, 1974, p.162)

Em 1902, foi publicada a cartilha *Arte da leitura*, do professor Luiz Cardoso Franco, diplomado pela Escola Normal de São Paulo, em 1887. Essa cartilha ainda estava fortemente influenciada por *Cartilha maternal ou Arte da leitura* (1876), do poeta português João de Deus, baseada no método da palavração, e ambos – a cartilha e o “método João de Deus” – foram ardorosamente defendidos no Brasil, na década de 1880, especialmente pelo professor positivista Antonio da Silva Jardim.¹⁶

Ainda em 1902, foi também publicada *Cartilha moderna*, de Ramon Roca Dordal¹⁷, por Spíndola, Siqueira & Cia. De origem espanhola e coautor do documento oficial *Instruções practicas para o ensino da leitura pelo methodo analytico – modelos de lições* (São Paulo, 1915)¹⁸, Dordal também atuou junto à *Revista de ensino*¹⁹. Data ainda de 1902, a publicação, nessa revista, de uma série de artigos divulgando e discutindo a cartilha de Dordal, nos quais estavam envolvidos professores com destacada atuação naquele momento: Arnaldo de Oliveira Barreto, João Köpke e Joaquim Brito. Iniciava-se, assim, um debate que se acirrou na década seguinte, com a acentuação das diferenças de processar o método analítico, sobretudo com a divulgação de *Cartilha n.1* e *Cartilha n.2*, de João Köpke.

Quando de seu retorno dos Estados Unidos da América do Norte, em abril de 1904, o professor Oscar Thompson trouxe uma “cartilha analítica”, *The Arnold primer* (1901), de Sarah Louise Arnold, cuja adaptação ao idioma português, realizada por Manuel Soares de Ornélia, foi editada por Silver, Burdet and Company e publicada no Brasil apenas em 1907. Mesmo antes de sua versão em português, *Cartilha de Arnold* parece ter tido relativa difusão no País e ter influenciado grande parte dos escritores didáticos brasileiros que passaram a elaborar “cartilhas analíticas”.

Outras cartilhas se seguiram, elaboradas por professores atuantes no magistério, integrantes daquela elite intelectual e que partilhavam do clima de *Belle Époque* educacional, alguns deles com participação mais direta no “círculo do poder” educacional do estado de São Paulo. Mediante pareceres de “comissões de especialistas”, essas cartilhas eram indicadas às autoridades educacionais²⁰ e, uma vez aprovadas, algumas delas passavam a ser adotadas — entendendo-se a “adoção” como

16 A respeito dessas e das demais cartilhas publicadas no século XIX e no início do século XX, ver especialmente Mortatti (2000a; 2000b). Sobre Silva Jardim e o ensino da leitura, ver Mortatti (2000a) e Pasquim (2022).

17 A respeito da formação e atuação profissional de R. R. Dordal, ver Mortatti (2000a) e Pasquim (2015).

18 Nesse documento – cujos demais coautores serão apresentados neste artigo –, encontram-se sistematizados os princípios operacionais do método analítico para o ensino da leitura, por meio de “modelos de lições”, organizados em cinco passos – sempre acompanhados de orientações gerais –, que “devem ocupar o professor durante quatro meses”, sem uso da cartilha, ao final dos quais deve-se passar para o *Meu Livro* (Theodoro de Moraes, 1909), que na ocasião era “o que mais se aproximava da orientação das Instruções” (Barreto, 1926, p. 100). Esses princípios e “modelos de lições” podem ser encontrados em muitas cartilhas atuais, nas quais o “todo” é representado por uma “historieta”.

19 Em 1901, foi fundada a Associação Beneficente do Professorado Público Paulista, que, de 1902 a 1918, publicou a *Revista de ensino*, a qual se destacou como uma instância privilegiada de discussões e debates sobre a instrução pública e também sobre o ensino da leitura.

20 A título de exemplificação, veja-se a “[...] seriação dos melhores livros didáticos aprovados pelo governo, na ordem crescente de suas dificuldades e dos anos do curso escolar.”, apresentada, por Joaquim L. de Brito para o primeiro ano: “1) *Cartilha Moderna*, de Ramon Roca Dordal, ou *Cartilha das mães*, de Arnaldo Barreto. 2) *Primeiro Livro de Leitura*, de João Köpke. 3) *Novo Segundo Livro de Leitura*, de Hilario Ribeiro. 4) *Historietas*, de João Pinto e Silva. 5) *Primeiro Livro de Leitura*, de D. Guilhermina de Andrade.” (Brito, 1902, p. 182). Em Parecer de 27/02/1904, a comissão composta por João Lourenço Rodrigues, J. Luiz de Brito e Antonio R. Alves Pereira, após exame das obras didáticas aprovadas ou adotadas nas escolas públicas, apresenta também uma lista de livros e outros materiais de ensino que estão “em condições de ser adotados”, para a 1ª. série do 1º ano do Curso Preliminar: 1) *Cartilha das mães*, Arnaldo Barreto; *Cartilha Moderna*, Ramon Roca; *Primeiro Livro de Leitura*, Maria G. Andrade. 2) *Cartilha da Infância*, Thomaz Galhardo; *Arte da Leitura*, Luiz Cardoso Franco; *Cartilha Nacional*, Hilario Ribeiro. 3) *Cartilha Maternal*, João de Deus; *Primeiro Livro de Leitura*, Hilario Ribeiro.” (Rodrigues; Brito; Pereira, 1904, p. 257). No *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo-1908*, outra comissão, composta por Carlos Alberto Gomes Cardim, Theodoro de Moraes e Miguel Carneiro Junior, com mesmo fim, elabora a seguinte lista: “Primeiro grupo: *Primeiro Livro de Leitura*, D. Maria Guilhermina; *Cartilha das mães*, Arnaldo Barreto; *Cartilha moderna*, Ramon Roca. Segundo grupo - *Cartilha do lar*, João Pinto e Silva; *Cartilha maternal*, João de Deus; *Cartilha da infância*, Thomaz Galhardo. Terceiro grupo - *Livro dos principiantes*, Nestor de Araujo; *Arte da leitura*, Luiz Cardoso Franco; *Cartilha nacional*, Hilario Ribeiro; *Cartilha infantil* - Arthur Thiré.”. (Cardim; Moraes; Carneiro Jr., 1908, p. 391)

oficialização e aquisição pelo Estado/poder público —, para uso nas escolas primárias paulistas, com a finalidade de solucionar dúvidas dos professores e uniformizar o ensino da leitura. E muitas foram as polêmicas geradas no início da década de 1900 e veiculadas na *Revista do ensino*, relacionadas com esse “chuveiro de livros abundantes” adotados pelo Estado. (Bellegarde, 1902, p.75)

Ainda entre os interlocutores indiretos de *Cartilha Proença*, que não foram citados por seu autor, merecem destaque, devido a sua relação com aquele clima de época: *Cartilha n.1* e *Cartilha n.2*, de João Köpke, e *Cartilha – primeiro livro*, de Altina Rodrigues de Albuquerque Freitas

Natural do Rio de Janeiro e bacharel, em 1875, pela Faculdade de Direito de São Paulo, João Köpke dedicou décadas de suas atividades profissionais ao magistério no estado de São Paulo. Além de ter publicado vários artigos na *Revista de ensino*, é autor de vários livros de leitura e de textos para a escola. Em 1874, Köpke tinha publicado *Methodo racional e rapido para aprender a ler sem soletrar - dedicado á infância e ao povo brasileiro*, cartilha baseada no método da silabação, o qual abandonou, em favor do que considerava a “excelência do método analítico”. Presumivelmente suas *Cartilha n.1* e *Cartilha n.2* não foram publicadas, apenas apresentadas pelo autor em conferência que proferiu na cidade de São Paulo, em 1916. Nessa conferência, Köpke ofereceu os direitos autorais das cartilhas ao governo do estado, o que gerou a mais acirrada das polêmicas envolvendo esse professor fluminense e três professores paulistas: Arnaldo de Oliveira Barreto, Carlos Alberto Gomes Cardim e Mariano de Oliveira.²¹

Em 1920, foi publicada *Cartilha – primeiro livro*, de Altina Rodrigues de Albuquerque Freitas, pela Edição Pocaí ou Livraria Francisco Alves (?), na Série Oscar Thompson. Essa professora diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo em 1902 e dedicou sua cartilha à memória de Gabriel Prestes, um dos reformadores da instrução pública paulista no início do período republicano. A cartilha traz, em sua 2ª. edição (1922), uma carta datada de 1920 e assinada por Oscar Thompson, que parabenizou a autora. (Mortatti, 2000a)

Nesse processo de interlocução indireta envolvendo *Cartilha Proença*, merece destaque, ainda, o fato de que, dois anos após a publicação da cartilha, foi publicada pela Melhoramentos a *Cartilha do povo*, de Manoel Bergström Lourenço Filho, diplomado pela Escola Normal de São Paulo em 1917. O nome desse professor não foi mencionado como autor de sua cartilha, talvez devido a uma espécie de “ética profissional”, uma vez que, já nesse período, Lourenço Filho atuava como editor junto à Melhoramentos e se destacava como “autoridade educacional”.²² *Cartilha do povo* era baseada em método misto de alfabetização, tendo alcançado 2.201 edições, até 1986. (Mortatti, 2000a, p. 171)

3. Os interlocutores diretos de *Cartilha Proença*

Embora os professores citados por Proença não tenham sido os únicos autores de cartilhas nesse segundo momento, é significativo o fato de terem sido por ele escolhidos para serem citados como o mais conhecidos, porém não em estrita ordem cronológica de publicação de suas cartilhas ou de períodos de sua atuação profissional. A ordem em que Proença os cita presumivelmente decorre de critérios de relevância do ponto de vista seja de seu convívio/relacionamento pessoal, seja de hierarquia na “popularidade” entre professores primários.

Em um ou em outro caso, é importante conhecer aspectos da formação e atuação profissional daqueles professores escritores didáticos, assim como as principais características de suas cartilhas e do método de alfabetização nelas concretizado. O conhecimento desses aspectos contribui para se compreender melhor a interlocução que com eles Proença estabelecia e, ao mesmo tempo, o lugar ocupado por esse professor na história da alfabetização no Brasil.

²¹ A respeito de João Köpke e as polêmicas, ver Mortatti (2000a; 2015) e Ribeiro (2001)

²² A respeito de *Methodo racional e rapido...*, ver Mortatti (2000a) e o artigo de Cláudia Panizzolo neste dossiê. A respeito de João Köpke e as polêmicas sobre as cartilhas n. 1 e n. 2, ver Mortatti (2000a; 2015) e Ribeiro (2001)

3.1 *Meu livro* (1909), de Theodoro de Moraes ²³



Meu livro, 9ª. edição, 1920.

Fonte: Acervo de Maria Mortatti/Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil

O professor Theodoro Jeronymo Rodrigues de Moraes (1877 – 1956), natural da capital paulista, diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo em 1906, aos 29 anos de idade e, entre 1898 e 1934, exerceu diferentes funções no magistério público, em diferentes cidades paulistas, tendo sido redator-efetivo da *Revista de ensino*, a partir de 1908.

Entre outros livros para o ensino da leitura e artigos em revistas pedagógicas paulistas, Theodoro de Moraes é autor de *Meu livro: primeiras leituras de accôrdo com o methodo analytico* (1909), do livreto *A leitura analytica* (1909) e coautor, com Miguel Carneiro Junior, João Pinto e Silva e Mariano de Oliveira, do documento oficial *Como ensinar leitura e linguagem nos diversos anos do curso preliminar* (1911), publicado pela Diretoria Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo.

Meu livro foi elaborado a partir de um plano apresentado por Oscar Thompson ²⁴, Diretor Geral da Instrução Pública paulista e um dos propositores do método analítico para o ensino da leitura. Esse plano tinha sido já praticado por Theodoro de Moraes na Escola-Modelo Isolada Anexa à Escola Normal de São Paulo e por professores de grupos escolares da capital do estado.

Publicada após três anos de sua diplomação como professor, quando esse discípulo de Oscar Thompson tinha 32 anos de idade, *Meu livro* pode ser considerada a primeira cartilha elaborada por brasileiro de acordo com o método analítico centrado na historieta e destinada a servir como modelo aos professores dos grupos escolares que ainda alegavam muitas dificuldades para ensinar a ler de acordo com esse “novo” método.

²³ A respeito da formação e atuação profissional de Theodoro de Moraes e de seus livros para o ensino da leitura, ver Mortatti (2000a) e Pereira (2006; 2013).

²⁴ Entre as iniciativas oficiais relacionadas ao método analítico para o ensino da leitura, no segundo momento crucial na história da alfabetização no Brasil, predominam as tomadas, diretamente, ou mediante incentivo a professores, por Oscar Thompson, ao qual se encontravam, de alguma maneira, ligados aqueles que normatizavam, tematizavam e concretizavam esse método. Diplomado pela Escola Normal de São Paulo, em 1891, ex-aluno de Caetano de Campos e durante trinta anos atuando na instrução pública paulista, Thompson exerceu vários cargos no magistério e na administração escolar, destacando-se sua atuação como: diretor da Escola Normal de São Paulo (1901-1920, com interrupções); Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1909-1910 e 1917-1920); incentivador e divulgador do método analítico para o ensino da leitura e da produção de cartilhas assim como de experiências em psicologia científica e em bibliotecas escolares; criador da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (Dec. n. 1885, de 06/06/1910); e propulsor de iniciativas que inspirariam a Reforma realizada por Sampaio Dória, em 1920. A esse respeito, ver Mortatti (2000a).

Por indicação de Thompson – quando no cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo – *Meu livro* foi aprovado para adoção nas escolas públicas desse e de outros estados brasileiros, tendo sido publicados mais de 220.000 exemplares até a 70ª. edição, de 1950, por diferentes editoras paulistas: Augusto Siqueira & Comp., Tipografia Salles Oliveira e pela Companhia Editora Nacional (a partir da 23ª. edição, de 1936). (Pereira, 2009; 2013)

3.2 *Nova cartilha analytico-synthética* (1916) e *Cartilha ensino-rápido da leitura* (1917), de Mariano de Oliveira ²⁵



Nova Cartilha Analítico-Sintética e Cartilha Ensino-Rápido de Leitura de Mariano de Oliveira.

Fonte: Acervo de Maria Mortatti/Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil

O professor Mariano de Oliveira (1869-199?), natural de Piracicaba-SP, diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo em 1888, aos 19 anos de idade, e exerceu diferentes funções no magistério público paulista, em diferentes cidades paulistas. Entre 1917 e 1927, ocupou o cargo de diretor da Escola Normal de São Carlos, que também foi ocupado, alternadamente nesse período, por Antonio Firmino de Proença.

Entre outros livros para o ensino da leitura e da aritmética – escritos individualmente ou em co-autoria com Arnaldo de Oliveira Barreto e Ramon Roca Dordal – e artigos em revistas pedagógicas paulistas, Mariano de Oliveira é coautor dos dois documentos oficiais publicados pela Diretoria Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo: *Como ensinar leitura e linguagem nos diversos annos do curso preliminar* (São Paulo, 1911), de Theodoro de Moraes, Miguel Carneiro Junior, João Pinto e Silva e Mariano de Oliveira; e *Instruções practicas...* (São Paulo, 1915), de Mariano de Oliveira, Ramon Roca Dordal e Arnaldo de Oliveira Barreto.

Publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada) após 28 anos de sua diplomação como professor, quando Mariano de Oliveira tinha 47 anos, *Nova cartilha analytico-synthética* teve sua 1ª. edição em 1916, e a última, a 185ª., em 1955, com um total aproximado de 825.000 exemplares editados e distribuídos em diversos estados brasileiros. (Sobral, 2007a, p. 22)

²⁵ A respeito da formação e atuação profissional de Mariano de Oliveira e de seus livros para o ensino da leitura, ver Mortatti (2000a) e Sobral (2007a; 2007b).

Cartilha ensino-rápido da leitura, também publicada por aquela editora, teve sua 1ª. edição em 1917 e a última, a 2230ª., em 1996, tendo sido adotada em outros estados brasileiros e no Distrito Federal, com média de tiragem anual acima de 100.000 exemplares até 1969 e queda acentuada a partir de então. ²⁶

3.3 *Cartilha analytica* (1909), de Arnaldo de Oliveira Barreto²⁷



Cartilha Analítica, 63ª. edição, 1955.

Fonte: Acervo de Maria Mortatti/Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil

O professor Arnaldo de Oliveira Barreto (1869 – 1925), natural de Campinas-SP, diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo em 1891, aos 22 anos de idade. Como os professores mencionados anteriormente, exerceu diferentes funções no magistério público paulista, em diferentes cidades, e ocupou, também, o cargo de diretor da Escola Normal de São Paulo (1924 – 1925), foi redator-chefe da *Revista de ensino* e, entre 1915 e 1924, dirigiu a coleção Biblioteca Infantil, publicada pela Companhia Melhoramentos (SP) ²⁸.

Entre outros livros para o ensino da leitura e de várias matérias escolares – escritos individualmente ou em coautoria com Romão Puiggari, Ramon Roca Dordal e Mariano de Oliveira, dentre outros –, textos de literatura infantil e artigos em revistas pedagógicas paulistas, Arnaldo Barreto é também coautor, com Mariano de Oliveira e Ramon Roca Dordal, do documento *Instruções practicas...* (São Paulo, 1915)

26 Informações extraídas da Exposição Virtual “Memorial da Educação” - Centro de Referência em Educação “Mário Covas”. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/memorial.php>.

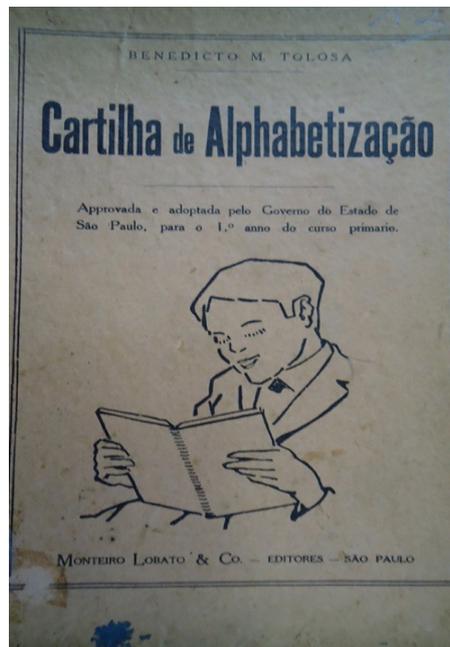
27 A respeito da formação e atuação profissional de Arnaldo de Oliveira Barreto e de seus livros para o ensino da leitura, ver Mortatti (2000a) e Bernardes (2015).

28 A respeito dessa coleção, ver, especialmente, Menin (1999), em que se encontram resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito do GPHELLB.

Esse discípulo de Caetano de Campos é ainda autor de duas cartilhas publicadas pela Livraria Francisco Alves (RJ), após, respectivamente, uma e duas décadas de sua diplomação como professor, quando tinha aproximadamente 30 e 40 anos de idade. Trata-se de: *Cartilha das mães*, com 1ª. edição presumivelmente entre o final do século XIX e o início do século XX, pela Tipografia Siqueira (SP), e, a partir da 12ª. edição, de 1911, pela Livraria Francisco Alves (RJ), com a 84ª. edição, em 1963, pela mesma editora²⁹; e de *Cartilha analytica*, com 1ª. edição em 1909, e a última, a 74ª., em 1967, sempre pela Francisco Alves.

Como consta de um exemplar da 27ª. edição, de 1926, *Cartilha analytica* foi “Baseada sobre rigorosos princípios pedagógicos” e “Completamente refundida, e posta de acordo com as instruções recomendadas pela Diretoria Geral do Ensino Publico de S. Paulo”. Consta, também, a dedicatória: “Ao Oscar Thompson, o mais decidido propagandista, no Estado de São Paulo, do ensino da leitura pelo methodo analytico e ao Theodoro de Moraes, o seu mais fino executor, como preito da mais justa homenagem, offerece o Arnaldo.” Ao final da cartilha, para melhor entendimento do método nela proposto, encontra-se transcrito o documento *Instruções practicas...* (São Paulo, 1915)

3.4 *Cartilha de alfabetização* (1923), de Benedicto Maria Tolosa³⁰



Cartilha de Alfabetização, 1923.

Fonte: Acervo do NIPELL – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Ensino de Língua e Literatura

O professor paulista Benedicto Maria Tolosa, natural da capital do estado, diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo em 1891 e também exerceu diferentes funções no magistério público paulista, em diferentes cidades. Entre 1908 e 1912, foi redator-efetivo da *Revista de ensino* e ocupou o cargo de inspetor geral do ensino, no qual se aposentou, tendo sido substituído por Proença.

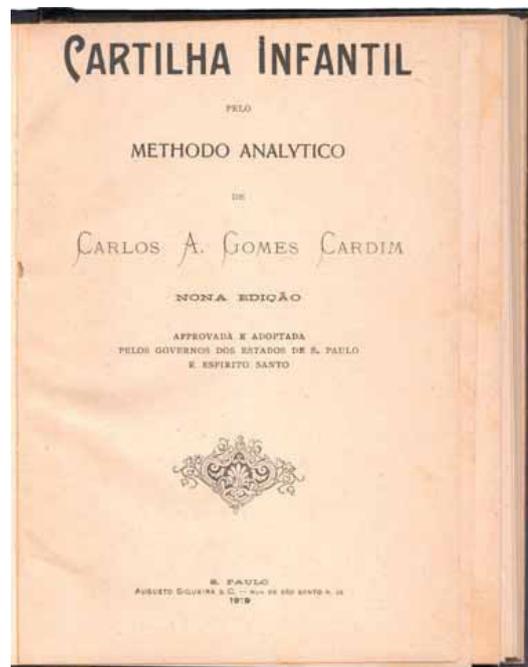
Publicada após 32 anos de sua diplomação como professor, *Cartilha de alfabetização* teve 1ª. edição em 1923. Sobre essa cartilha, também se baseava no método analítico centrado na historieta, considerando aspectos da atuação desse professor, como a defesa desse método que apresenta em uma série de cinco artigos publicados na *Revista de ensino*, a partir do n. 2, de setembro de 1911.

29 Informações extraídas da Exposição Virtual “Memorial da Educação” - Centro de Referência em Educação “Mário Covas”. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/memorial.php>>

30 Até o momento, foram localizadas apenas informações esparsas sobre Benedicto Tolosa. A respeito de sua cartilha, ver Mortatti (2000a).

Com base em sua experiência como inspetor escolar, nesses artigos Tolosa expõe considerações gerais a respeito do ensino da leitura pelo método analítico e uma série de lições apresentadas como orientações e sugestões dirigidas, sobretudo, aos professores novos e àqueles “vencidos e não convencidos” do método. (Tolosa, 1912, p. 87) Para essas orientações, baseou-se em dois textos: *A leitura analytica* (1909), de Theodoro de Moraes; e *Como ensinar leitura e linguagem...* (1911), de Theodoro de Moraes, Mariano de Oliveira, Pinto e Silva e M. Carneiro Junior. Ainda nesses artigos, Tolosa indica aos professores *Meu Livro*, de Theodoro de Moraes, e *Cartilha das Mães*, de Arnaldo Barreto, além dos livros de leitura de João Köpke e os de Francisco Vianna. (Mortatti, 2000a, p. 107)

3.5 *Cartilha Infantil* (1908), de Carlos Alberto Gomes Cardim³¹



Cartilha Infantil, 9ª. edição, 1919.

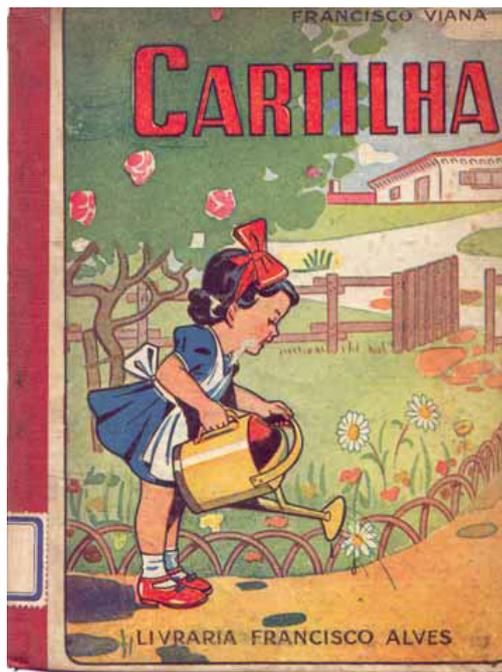
Fonte: Acervo de Maria Mortatti/Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil

O escritor, historiador e professor Carlos Alberto Gomes Cardim (1875 – 1938), natural da capital paulista, diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo em 1894, aos 19 anos de idade. Entre 1908 e 1913, assessorou a reforma do ensino primário e secundário no estado do Espírito Santo; entre 1917 e 1919, participou da diretoria da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista e exerceu vários cargos e funções em escolas da capital do estado, como professor e inspetor escolar, tendo sido, entre 1925 e 1928, também diretor da Escola Normal de São Paulo e fundador da Biblioteca Infantil “Caetano de Campos”, junto à Escola-Modelo Primária anexa a essa escola normal.

Entre outros livros didáticos de diferentes matérias escolares, como “A música, pelo método analítico”, Gomes Cardim teve publicada *Cartilha infantil (pelo método analítico)*, com 1ª. edição em 1908, pela Augusto Siqueira & C., e 9ª. edição, em 1919. Sobre essa cartilha publicada após 14 anos de sua diplomação como professor, quando tinha 33 anos de idade, até o momento, foram localizadas poucas informações, além de referências esparsas. (Mortatti, 2000a, p. 100)

³¹ A respeito da formação e atuação profissional de C. A. G. Cardim e de seus livros didáticos, ver Mortatti (2000a) e Pasquim (2015).

3.6 Cartilha (*Leituras infantis*) [1912], de Francisco Mendes Furtado Vianna ³²



Cartilha (Leituras infantis), 48ª. edição, 1945.

Fonte: Acervo de Maria Mortatti/Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil

O professor Francisco Furtado Mendes Vianna (1876 – 1935) diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo, em 1895, e exerceu diversos cargos na instrução pública paulista e também no Rio de Janeiro (DF), onde atuou como inspetor escolar até seu falecimento.

Entre outros livros didáticos de várias matérias escolares, de artigos em revistas pedagógicas paulistas, Francisco Vianna é autor de duas cartilhas para o ensino da leitura, publicadas pela Francisco Alves (RJ) e aprovadas para uso em vários estados brasileiros: *Cartilha (Leituras infantis)*, publicada aproximadamente 17 anos após sua diplomação como professor, com 1ª. edição presumivelmente em 1912 e a última localizada até o momento, a 48ª., em 1945; e *Primeiros passos (Leituras infantis)*, com 1ª. edição presumivelmente em 1913, na qual “o autor introduz uma parte, em cada lição, que permite aplicar o método de silabação”. (Pfromm Neto; Dib; Rosamilha, 1974, p. 162)

4. A original utilidade da *Cartilha Proença*

De autoria daqueles professores escritores didáticos citados por Proença no prefácio de sua cartilha, têm-se, portanto, em ordem cronológica de publicação, as seguintes cartilhas: *Cartilha infantil* (1908), de Carlos Alberto Gomes Cardim, *Meu livro* (1909), de Theodoro de Moraes, *Cartilha analítica* (1909), de Arnaldo de Oliveira Barreto; *Cartilha (Leituras infantis)* [1912], de Francisco Furtado Mendes Vianna; *Nova cartilha analítico-sintética* (1916) e *Cartilha ensino-rápido da leitura* (1917), de Mariano de Oliveira; *Cartilha de alfabetização* (1923), de Benedicto Tolosa.

Como se pode constatar, essas cartilhas têm diferentes títulos que indicam, por vezes, diferentes apropriações do método analítico, ainda que centrado na historieta, tendo sido publicadas em diferentes contextos educacionais relativos à institucionalização desse método de ensino da leitura (e escrita) na escola primária no segundo momento crucial da história da alfabetização no Brasil.

³² A respeito de Tolosa e sua cartilha, ver Mortatti (2000a) e o artigo de Fernando Rodrigues de Oliveira neste dossiê.

Quando da publicação dessas cartilhas, seus autores, formados pela Escola Normal de São Paulo entre 1888 e 1906, tinham idades entre 32 e 47 anos e se encontravam em momentos importantes de suas trajetórias profissionais na relação com as disputas desse segundo momento.

As cartilhas de Gomes Cardim, Theodoro de Moraes e Arnaldo Barreto foram publicadas no final da década de 1910, com datas muito próximas entre si, tendo a publicação das de Moraes e de Barreto coincidido com a primeira gestão (1909 – 1910) de Oscar Thompson junto à Diretoria Geral da Instrução Pública paulista.

As cartilhas de Mariano de Oliveira, por sua vez, foram publicadas quase uma década depois daquelas, em momento de efervescentes disputas entre os professores paulistas Mariano de Oliveira, Arnaldo Barreto, Gomes Cardim e o fluminense João Köpke, que geraram a carta aberta deste último. Foi também nesse momento que Thompson assumiu sua segunda gestão frente à Diretoria Geral da Instrução Pública (1917 – 1918) e propôs novos desafios, que culminaram, por exemplo, com a Reforma Sampaio Dória, de 1920. Justamente após essa reforma, já estando em vigência o princípio da “autonomia didática”, foram publicadas as cartilhas de Tolosa e de Proença, com intervalo de três anos entre elas.

Em que pesem as diferenças, a interlocução desses professores escritores didáticos se dá naquele clima de *Belle Époque* educacional, para o qual contribuíram e no qual atuaram e elaboraram suas cartilhas. Embora pertencessem a diferentes gerações etárias, integraram uma extensa geração intelectual que constituiu a elite responsável pela fundação de uma nova tradição relativa ao ensino da leitura e escrita, característica do segundo momento na história da alfabetização no Brasil. Assim também tanto esses interlocutores diretos anunciados por Proença quanto suas cartilhas desfrutaram de prestígio no meio educacional da época e foram responsáveis pelo engendramento de aspectos da cultura escolar que nos foram transmitidos.

Proença foi um dos últimos dessa geração intelectual a se destacar como escritor didático, e sua cartilha foi uma das últimas elaboradas de acordo, explícita e programaticamente, com o método analítico para o ensino da leitura (e escrita). Além da interlocução direta e indireta com os de sua geração, em relação aos quais Proença sabia não ter apresentado proposta original, esse professor escritor didático explicitou, no nível didático, sua interlocução direta com os alunos, a quem informa destinar sua cartilha. Nessa destinação, por sua vez, estava contida também a interlocução com os professores que ensinavam a ler e a escrever, em relação aos quais se concretizava, certamente, a utilidade de sua cartilha, anseio maior manifesto por Proença e traço mais distintivo que pretendeu conferir à sua proposta para a alfabetização na escola primária.

Como se evidencia pelo número de edições dessa cartilha e pelo período durante o qual circulou, Proença parece ter atingido seus objetivos. E o fato de a cartilha ter sido publicada nos estertores do segundo momento crucial não representou, portanto, empecilho para que fosse utilizada em sua época, nem tampouco para que exemplares fossem preservados em arquivos pessoais ou institucionais, propiciando, aos que desenvolvemos pesquisas históricas sobre alfabetização no Brasil, tomá-la como objeto de estudo.

Considerações finais

Para aqueles que se formam professores neste início de terceiro milênio, no âmbito do que denomino “quarto momento crucial” – ainda em curso – na história da alfabetização no Brasil e se formam como responsáveis pela nova ordem a ser construída sobre as “ruínas” do que consideram “tradicional” – cuja permanência, segundo certo senso comum pedagógico, caracteriza o atual clima de *Laide*

Époque educacional³³ – é sempre bom lembrar o que o professor Antonio Firmino de Proença, como os de sua geração intelectual, nos ensina: esse passado (remoto ou recente) acusado de “tradicional” e origem dos males do presente não é tão homogêneo, nem tão antigo, quanto o vão, ingênuo ou oportunista desconhecimento histórico de alguns possa fazer supor.³⁴

E não se trata de exorcizá-lo ou defender seu retorno, mas de conhecê-lo e compreendê-lo, o que pode contribuir para a busca de nossa identidade e a compreensão de nosso lugar na história da alfabetização no Brasil, certamente cientes de que nosso risco é sermos considerados tradicionais – nós também – pelos nossos pósteros, os quais, se estivermos vivos, acusaremos de jovens arrogantes e ignorantes do passado. Ou, ao menos para aprender com a história que projetos de alfabetização estão diretamente vinculados a projetos de nação.

E as professoras que ensinaram a ler e a escrever, na escola primária brasileira, por meio de cartilhas de alfabetização? Com algumas exceções, como Maria Guilhermina de Andrade e Altina de Freitas, somente conseguiram se tornar escritoras didáticas mais tardiamente, em especial a partir da década de 1930, no âmbito do que denominei “terceiro momento crucial” na história da alfabetização no Brasil. Certamente para isso contribuíram sobretudo as conquistas políticas, sociais, educacionais e culturais das mulheres, mas também, de certo modo, a atuação profissional e a produção didática dos professores escritores didáticos daquela elite intelectual, como Proença, que formou professores e professoras assim como dirigiu, inspecionou e orientou suas atividades docentes, diretamente ou por meio dos livros didáticos que elaborou.

Com novas urgências políticas e sociais, os homens foram gradativamente saindo da cena da escola primária brasileira, mas a tradição fundada naquele segundo momento crucial talvez tenha conseguido dar início a um processo histórico – sem, contudo, ter conseguido torná-lo atuante – contido, como desejo e profecia, na tradição herdada dos positivistas republicanos do século XIX, relativamente ao lugar da mulher como professora que ensina crianças a ler e a escrever e, em decorrência, como escritora didática.

Referências

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. *Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso 1910 – 1930*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

BARRETO, Arnaldo de O. *Cartilha analytica*. 27. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

BELLEGARDE, J. Um bom livro. *Revista de Ensino*, n.1, p.75-79, abr. 1902 (Seção “Crítica sobre trabalhos escolares”).

BERNARDES, Vanessa Cuba. Arnaldo de Oliveira Barreto (1869 – 1925): atuação e produção para o ensino da leitura. In: MORTATTI, Maria do Rosário L.; BERTOLETTI, Estela Natalina M.; OLIVEIRA, Fernando R.; TREVISAN, Thabatha A. (Org.). *Sujeitos da história do ensino da leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 93-102.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. *Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo da Cartilha do povo e da Cartilha Upa, cavalinho!* São Paulo: Editora UNESP, 2007.

33 Utilizo a expressão “*Laide Époque*” (“feia época”, em tradução literal), em oposição à expressão “*Belle Époque* educacional”, no sentido que explicito neste artigo. Trata-se de expressões que utilizo aqui com o objetivo de me referir, de forma sintética e por analogia, às características que identifico nos respectivos momentos cruciais na história da alfabetização no Brasil em relação ao contexto educacional, político, social, cultural e artístico do País.

34 Exemplo recente de oportunismo político educacional é a PNA – Política Nacional de Alfabetização, decretada em abril de 2019, como parte integrante de um projeto de nação reacionário e ultraconservador implementado pelo governo federal no período de 2019 – 2022. Análise detalhada da PNA e da guinada para trás e pela direita imposta pelo decreto se encontra em Mortatti (2019b).

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de História – FFLCH – Universidade de São Paulo, 1993
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BRITO, Joaquim. A seriação dos livros de leitura. *Revista de Ensino*, n.2, p.180-183, jun. 1902 (Seção “Questões geraes”).
- CARDIM, Carlos A. G.; MORAES, Theodoro J., CARNEIRO JR., Miguel. Livros didáticos (parecer). In: *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & Cia, p.391, 1908.
- GAZOLI, Monalisa Renata. *O método analítico para o ensino da leitura em Cartilha Proença (1926), de Antonio Firmino de Proença*. 2007a. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – FFC, Unesp, Marília. 2007.
- GAZOLI, Monalisa Renata. *Série de leitura Proença (1926-1928) e o ensino da leitura no Estado de São Paulo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- GAZOLI, Monalisa Renata. Aspectos da vida, da atuação profissional e da bibliografia de e sobre Antonio Firmino de Proença (1880 – 1946). In: MORTATTI, Maria do Rosário L.; BERTOLETTI, Estela Natalina M.; OLIVEIRA, Fernando R.; TREVISAN, Thabatha A. (Org.). *Sujeitos da história do ensino da leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 135-152.
- MELHORAMENTOS. Contrato de cessão de direitos autorais, 1924.
- MELHORAMENTOS. Lista de edições dos livros de Antonio Firmino de Proença, 2008. (mimeo)
- MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. *Emília Ferreiro e a alfabetização: um estudo sobre a Psicogênese da língua escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- MENIN, Ana Maria da Costa Santos. *O patinho feio de H. C. Andersen: o “abrasileiramento” de um conto para crianças*. 1999, 280f. Tese (Doutorado em Letras) – FCL, Unesp, Assis, 1999.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876/1994*. São Paulo: Editora UNESP, 2000a. (2ª. edição revista e atualizada, 2021)
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. *Cadernos CEDES*, São Paulo, ano19, n. 52, p. 41-54, nov. 2000b.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e letramento*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa*. São Paulo: Editora Unesp, 2019a.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Brasil, 2091. Notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, v. 7, n. 3, p. 17–51, 2019b. Acesso em: 9 dez. 2022.
- MORTATTI, Maria do Rosário L.; BERTOLETTI, Estela Natalina M.; OLIVEIRA, Fernando R.; TREVISAN, Thabatha A. (Org.). *Sujeitos da história do ensino da leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. João Köpke (1852 – 1926) na história da alfabetização no Brasil. In: MORTATTI, Maria do Rosário L.; BERTOLETTI, Estela Natalina M.; OLIVEIRA, Fernando R.; TREVISAN, Thabatha A. (Org.). *Sujeitos da história do ensino da leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 59-76.
- ORIANI, A. P. A atuação profissional e a produção escrita de Francisco Vianna (1876-1935) na história do ensino da leitura. In: MORTATTI, Maria do Rosário L.; BERTOLETTI, Estela Natalina M.; OLIVEIRA, Fernando R.; TREVISAN, Thabatha A. (Org.). *Sujeitos da história do ensino da leitura e escrita no Brasil*. 1ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015, v., p. 103-116.

PASQUIM, Franciele Ruiz. *Bibliografia de e sobre Ramon Roca Dordal e Carlos Alberto Gomes Cardim: um instrumento de pesquisa*. 20f.. Marília, 2009. (digitado)

PASQUIM, Franciele Ruiz. *Antonio da Silva Jardim na história do ensino de leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária: 2022),

PASQUIM, Franciele Ruiz. Ramon Roca Dordal (1854 – 1938) e Carlos Alberto Gomes Cardim (1875 – 1938) na história da alfabetização no Brasil. In: MORTATTI, Maria do Rosário L.; BERTOLETTI, Estela Natalina M.; OLIVEIRA, Fernando R.; TREVISAN, Thabatha A. (Org.). *Sujeitos da história do ensino da leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 77-92.

PEREIRA, Bárbara Cortella. *Theodoro de Moraes (1877-1956): um pioneiro na história do ensino da leitura pelo método analítico no Brasil*. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FFC, Unesp, Marília. 2009.

PEREIRA, Bárbara Cortella. *Theodoro de Moraes na história da alfabetização no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PFROMM NETO, Samuel; DIB, Carlos Z.; ROSAMILHA, Nelson. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

PROENÇA, Antonio Firmino de. *Cartilha Proença*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada), [1926].

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Proença, autor didático da Melhoramentos, e o mercado de livros escolares em São Paulo. In: RAZZINI, Márcia de Paula Gregório (Org.). *Antonio Firmino de Proença: formador, autor*. São Paulo: Porto de Ideias, 2010. p. 61-80

RIBEIRO, Neucinéia Rizzato. *Um estudo sobre A leitura analytica (1896), de João Köpke*. 2001. 62f. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - FFC, Unesp, Marília. 2001.

RODRIGUES, João L.; BRITO, Joaquim L.; PEREIRA, Antonio R. A. Parecer a que o acto se refere. *Revista de Ensino*, n.2, p.254-257, jun. 1904 (Seção “Actos officiaes”).

SANTOS, Luana Grazielle dos. *Cartilha da infância*, de Thomaz Galhardo (1855 – 1904). In: MORTATTI, Maria do Rosário L.; BERTOLETTI, Estela Natalina M.; OLIVEIRA, Fernando R.; TREVISAN, Thabatha A. (Org.). *Sujeitos da história do ensino da leitura e escrita no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 23-34.

SÃO PAULO. DIRECTORIA Geral da Instrução Publica. *Como ensinar leitura e linguagem nos diversos annos do curso preliminar*. São Paulo: Siqueira, Nagel & Comp., 1911. (Pelos inspetores escolares Miguel Carneiro, J. Pinto e Silva, Mariano de Oliveira e Theodoro de Moraes).

SÃO PAULO. DIRECTORIA Geral da Instrução Publica. *Instruções practicas para o ensino da leitura pelo methodo analytico - modelos de lições*. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1915. (Por Mariano de Oliveira, Ramon Roca Dordal e Arnaldo de Oliveira Barreto)

SOBRAL, Patrícia de Oliveira. *Um estudo sobre Nova cartilha analytico-synthética (1916), de Mariano de Oliveira*. 2007a. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia) - FFC, Unesp, Marília. 2007a.

SOBRAL, Patrícia de Oliveira. Um estudo sobre *Nova cartilha analytico-synthética (1916)*, de Mariano de Oliveira. *Revista de Iniciação Científica*. Universidade Estadual Paulista, Marília, v. 7, n.3, p. 343-356, 2007b. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/ric/viewarticle.php?id=133&layout=abstract>>

TOLOSA, Benedicto M. O ensino da leitura. *Revista de Ensino*, n.1, p.86-100, mar. 1912. (Seção “Em classe e para a classe”).

Recebido em: 01/11/2022

Aceito em: 25/11/2022